

Se quiser receber gratuitamente estes estudos inscreva-se em www.eugeniorosa.com

FUNDOS COMUNITÁRIOS DO PRR E DO “PORTUGAL 2030” EM RISCO DE NÃO SEREM UTILIZADOS. O PAIS NÃO CONSEGUE RETER AS NOVAS GERAÇÕES QUE CONTINUAM A EMIGRAR EM BUSCA DE TRABALHO E REMUNERAÇÕES DIGNAS. OS EXS. PARADIGMÁTICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA CGD

RESUMO E CONCLUSÕES MAIS IMPORTANTES DESTE ESTUDO

Neste estudo, com dados oficiais, mostro que **no fim de 2021, dos 25.185 milhões € de fundos comunitários disponibilizados pela U.E. no “Portugal 2020”, que podiam e deviam ter sido utilizados até 2020, no fim de 2021, ainda estavam por executar 6278 milhões €, ou seja, 24,9% do total.** Entre 2015 e 2021, Portugal conseguiu executar em média apenas 2.701 milhões € por ano. Para o período 2021/2030, a U.E., no âmbito do PRR e do “Portugal 2030”, atribuiu ao nosso país 49.600 milhões € (16.000M€ do PRR e 33.600M€ do “Portugal 2030”). Mesmo admitindo que o período de execução possa ser adiado até 2030 terão de ser executados 5.500 milhões € de fundos comunitários em média por ano, ou seja, mais do dobro do que o nosso país conseguiu executar por ano no “Portugal 2020”. **É evidente que o país corre o sério risco de não utilizar a totalidade dos 49.600 milhões € até porque terá de executar, sem falta, os 16.000 milhões € do PRR até 2026. O que não conseguir executar será perdido.** Mas para o poder fazer seriam necessárias medidas urgentes que o governo tem mostrado total incapacidade em tomar. Em primeiro lugar, dotar a Administração Pública dos quadros técnicos com as competências necessárias e de meios para responder aos desafios colocados pela execução destes dois programas comunitários, mas ele está totalmente imobilizado pela obsessão do défice e de reduzir a dívida pública. E em segundo lugar, as empresas estão totalmente descapitalizadas e, para utilizar os fundos comunitários, há uma parte nacional a adicionar (Estado e privados), excetuando os casos em que o financiamento comunitário é a 100%, e são pouca as situações em que isso acontece.

A agravar ainda mais a situação, **Portugal não está a conseguir reter as gerações mais novas e mais qualificadas** que continuam a abandonar o país à procura de melhores condições de trabalho e de remunerações mais dignas. **Entre 2017 e 2021**, o emprego em Portugal aumentou em 221.400. No entanto, **o emprego dos trabalhadores entre os 16 e os 44 anos diminuiu em 141.700.** Foi o emprego das gerações mais velhas, com idade entre os 45 e os 89 anos que cresceu em 363.300. A *“Agenda do Trabalho Digno”* do governo é mais um slogan de propagando e um embuste para enganar a opinião pública. A provar isso está a situação na Administração Pública com remunerações que não dignas e a exploração, a prepotência patronal e mesmo o engano da opinião pública por **Paulo Macedo na CGD**, para apresentar lucros elevados, e assim aumentar o seu ego e brilhar ao governo para ser reconduzido.

Numa entrevista ao Jornal Negócios em 10/2/2022 **Mário Centeno** disse: “Ao contrário do que muitos pensam, o investimento público em Portugal não é, nem de perto nem de longe, financiado por fundos europeus. Não é uma realidade que o país e a administração pública vivam no seu dia a dia. Nos últimos anos a % de investimento público financiado por fundos europeus é absolutamente minoritária em Portugal”. **A verdade é outra.** Entre 2016 e 2020, a percentagem que o investimento público representou do PIB em Portugal (1,8%) foi pouco superior a metade da média da U.E. (3% do PIB); o Consumo de Capital Fixo Público foi superior ao novo investimento publico (FBCF) em 8.893 milhões €. Assim não se desenvolve um país, destrói-se o país e Administração Pública. É o que sucedeu

O que se está a verificar no “Portugal 2020”, que é o Quadro Financeiro Plurianual do período 2014-2020, financiado em 25.185 milhões € por fundos comunitários aprovados pela União Europeia, é importante analisar pois dá bem um retrato do que pode acontecer no PRR e no “Portugal 30” por falta de competências e de meios para utilizar de uma forma atempada e eficiente os milhares de milhões € de fundos que a União Europeia tem posto à disposição de Portugal, o que tem contribuído para que permaneça no estado de atraso em que não consegue sair. E essa análise é ainda mais necessária quando a União Europeia, aprovou para Portugal, no âmbito do PRR, 16.000 milhões € que terão de ser utilizados até 2026, e para o “Portugal 2030”, que é Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027, mais 33.600 milhões € que podiam ser a utilizados até 2027. Mas comecemos por analisar o que se está a verificar no “Portugal 2020”, que devia ter terminado em 2020, para se poder ficar dos riscos que o país corre de não executar plena e eficientemente os fundos comunitários do Plano de Recuperação e Resiliência e do “Portugal 2030” se não forem rapidamente tomadas as medidas necessárias para ultrapassar os graves obstáculos e deficiências existentes

NO FIM DE 2021 AINDA ESTAVAM POR EXECUTAR 6.278 MILHÕES € (24,9%) DO “PORTUGAL 2020” (Quadro Financeiro Plurianual 2014/2020) QUE DEVIA TER TERMINADO EM 2020

O quadro 1, com dados divulgados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, portanto o instituto publico responsável pela gestão do “Portugal 2020”, mostra a situação da execução em 31.dez.2021

Eugénio Rosa - economista – este e outros estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 1

Quadro 1 – A situação da execução do “Portugal 2020” em 31.12.2021 segundo a AD&C, IP – Em milhões €

PORTUGAL 2020 PROGRAMAS OPERACIONAIS	PORTUGAL 2020 Fundos comunitários atribuídos a Portugal para serem utilizados no período 2014/2020 Milhões € (1)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (o que estava previsto executar ou utilizar de Fundos Comunitários em cada ano mas que não se conseguiu) -Em Milhões €							EXECUTADO (despesa executada) De 2014/2020 (9)	EXECUTADO (despesa executada) De 2014/2021 (10)	FUNDOS COMUNITÁRIOS QUE FICARAM POR UTILIZAR ATÉ DEZEMBRO DE 2020 (11) = (1) - (9)	FUNDOS COMUNITÁRIOS QUE FICARAM POR UTILIZAR ATÉ DEZEMBRO DE 2021 (12) = (1) - (10)	TAXA DE EXECUÇÃO até dez. 2021 (13) = (10) : (1)
		2014 (2)	2015 (3)	2016 (4)	2017 (5)	2018 (6)	2019 (7)	2020 (8)					
POCI- Competitividade e Internacionalização	4 414	593	605	618	630	643	656	669	2 546	3 492	1 868	922	79,1%
POTISE- Inclusão Social e Emprego	2 130	380	358	267	273	278	284	289	1 390	1 660	740	470	77,9%
POCH- Capital Humano	3 096	416	425	433	442	451	460	469	2 265	2 645	831	451	85,4%
POSER- Sustentabilidade e Eficiência de Recursos	2 253	301	308	315	322	329	336	342	1 001	1 372	1 252	880	60,9%
PORN- Programa Regional do Norte	3 379	454	464	473	482	492	502	512	1 420	2 104	1 959	1 275	62,3%
PORC- Programa Regional do Centro	2 155	290	296	302	308	314	320	326	880	1 317	1 275	838	61,1%
PORL- Programa Regional de Lisboa	833	94	101	123	125	128	130	133	350	519	483	314	62,3%
PORA- Programa Regional do Alentejo	1 083	146	149	152	155	158	161	164	433	650	650	433	60,1%
PORAL- Programa Regional do Algarve	319	41	43	45	46	47	48	49	134	183	184	136	57,4%
POAC- Programa Açores	1 140	151	155	160	163	167	170	173	719	837	421	303	73,4%
POM- Programa Madeira	403	52	54	57	58	60	61	62	253	299	150	104	74,1%
PDRC- Programa Des. Rural Continente	3 114	159	391	511	512	513	514	514	2 752	3 197	361	-83	102,7%
PRORURAL- Prog. Des. Rural dos Açores	295	42	42	42	42	42	42	42	235	260	60	35	88,0%
PDRM- Programa Des. Rural da Madeira	179	26	26	26	0	0	0	102	109	131	71	48	73,2%
PO MAR	392	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	183	241	210	151	61,5%
SOMA	25 185	3 144	3 415	3 524	3 559	3 620	3 683	3 848	14 670	18 907	10 515	6 278	75,1%

FONTE: PORTUGAL 2020 - Programas Operacionais PORTUGAL 2020 e Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia - Nº 27, 30 de dezembro de 2021 - ADC I.P.

Um ano após a data que devia ter terminado (2020), ainda estavam por executar 6.278 milhões € (24,9%) dos fundos do “Portugal 2020” atribuídos ao nosso país pela União Europeia. **Portugal utilizou em média por ano, no período 2014/2021, apenas 2.701 milhões € de fundos comunitários.**

O nosso país tem agora para executar entre 2021 e 2030, no âmbito do PRR e do “Portugal 2030”, em média 5.500 milhões € por ano, ou seja, mais do dobro do que conseguiu executar em média por ano no período 2014/2021. É fácil de concluir que se não for aumentado radicalmente o ritmo de execução dos fundos comunitários, Portugal irá perder uma parcela importante dos fundos do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e do “Portugal 2030”. É necessário ainda lembrar que os 16.000 milhões € do PRR terão de ser impreterivelmente executados até ao fim de 2026, pois o que não for utilizado até a essa data estará inevitavelmente perdido, e em 2022 Portugal ainda têm de ser executados 6.278 milhões € do Quadro Financeiro Plurianual 2014/2020 (o Portugal 2020) já que 8 anos após o seu início ainda estão por executar 24,9% dos fundos comunitários.

O ATRASO NA UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS DETERMINA PERDA DE MILHÕES € DEVIDO À INFLAÇÃO QUE SE VERIFICA TODOS OS ANOS, E MILHARES DE POSTOS DE TRABALHO QUALIFICADOS NÃO SÃO CRIADOS, E RIQUEZA QUE PODIA SER PRODUZIDA MAS QUE NÃO FOI

Os atrasos constantes que se verificam na utilização dos fundos comunitários é, a mais das vezes, encarado com uma coisa de somenos importância, pois o que não foi executado num ano pode ser realizado no ano seguinte. É o que dizem todos aqueles, incluindo o governo, quando são confrontados procurando desvalorizar as consequências para o país e para os portugueses desses atrasos constantes. Muitas vezes utilizam o argumento que isso também se verifica em outros países, como o mal dos outros resolvesse os nossos. Isto serve para justificar a falta de medidas para melhorar o ritmo e a qualidade da execução. No entanto, embora os atrasos sejam desvalorizados, eles custam muito caro ao país como vamos mostrar.

PERDA DE PODER DE COMPRA DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS: Um exemplo imaginado que poderá ser bem real tornará mais claro o que acontece. Se a inflação aumentar 5% em Portugal em 2022 como é previsível, o poder de compra dos 6.278 milhões € que ainda faltavam executar em dez.2021, no fim de 2022 corresponderá apenas a 5.979 milhões €, ou seja, “valerá” em poder de compra menos 299 milhões €. É evidente que o país e portugueses vão pagar esta enorme perda de poder de compra.

EMPREGOS QUALIFICADOS QUE NÃO FORAM CRIADOS, E CUJA CRIAÇÃO FOI ADIADA: Segundo estimativas da Comissão Europeia para 2022, disponíveis na base de dados AMECO, o stock de capital líquido em Portugal é de 109.700€ por empregado enquanto a média, também em 2022, na Zona Euro é 225.300 € por empregado, ou seja, mais do dobro. É um indicador importante de trabalho mais qualificado porque

Se quiser receber gratuitamente estes estudos inscreva-se em www.eugeniorosa.com

as empresas investem muito mais por trabalhador. Se dividirmos o montante de fundos comunitários que estavam por executar em dez.2021 – 6278 milhões€ - por aqueles valores obtemos, utilizando a estimativa para Portugal – 109.700€ por emprego – mais 57.229 empregos e utilizando a estimativa para a Zona euro - 225.300€/empregado - mais 27.865 empregos. Quer se adote um valor de stock quer outro, eles dão uma ideia de dezenas de milhares de postos de trabalho que não foram criados num ano devido à falta de investimento resultante do atraso na utilização dos fundos comunitários. E para além dos fundos comunitários há uma componente nacional o que torna a perda ainda maior.

RIQUEZA QUE NÃO É CRIADA E PODIA SER: Cada trabalhador empregado produz uma riqueza anual estimada em 43.200€. Se multiplicarmos este valor pelo número de empregos que podiam ter sido já criados por uma utilização atempada dos fundos comunitários, obtém-se para o 1º caso (57.222 empregos) mais 2.472 milhões € de riqueza perdida e para o 2º caso (27.865 novos empregos) mais 1.204 milhões€ de riqueza perdida, pois podia ter sido criada se não tivesse havido atrasos na utilização dos fundos comunitários atribuídos a Portugal.

A REDUÇÃO DO EMPREGO EM PORTUGAL DE TRABALHADORES MAIS NOVOS E COM MAIORES QUALIFICAÇÕES QUE EMIGRAM, COMPENSADA PELO AUMENTO DO EMPREGO DOS MAIS VELHOS

Um dos dados mais utilizados pela propaganda oficial e, nomeadamente por António Costa, tem sido o aumento do emprego com os seus governos. No entanto, uma análise mais fina dos números da variação do emprego em Portugal nos últimos anos revela que país não consegue reter as gerações mais novas, e com mais habilitações/qualificações, o que é dramático para o seu crescimento e desenvolvimento. Os dados divulgados pelo INE constantes do quadro 2 mostram isso com clareza, **o que devia merecer a reflexão nomeadamente do Presidente da República, do governo e dos partidos políticos.**

Quadro 2 – Variação do emprego em Portugal por idades entre 2017-2021

Portugal	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 2021/2017
	Milhares de pessoas					Milhares
População empregada -TOTAL	4 590,9	4 718,7	4 776,2	4 683,7	4 812,3	221,4
Dos 16 aos 24 anos	281,6	296,0	304,4	255,8	249,8	-31,8
Dos 25 aos 34 anos	932,0	938,9	934,5	899,5	888,5	-43,5
Dos 35 aos 44 anos	1 302,4	1 299,8	1 290,8	1 238,6	1 236,0	-66,4
População empregada -16/44 anos	2 516,0	2 534,7	2 529,7	2 393,9	2 374,3	-141,7
Dos 45 aos 54 anos	1 207,6	1 241,0	1 259,9	1 291,0	1 338,2	130,6
Dos 55 aos 64 anos	735,7	795,9	822,7	839,7	910,2	174,5
Dos 65 aos 89 anos	131,5	147,2	163,8	159,2	189,7	58,2
População empregada - 45/89 anos	2 074,8	2 184,1	2 246,4	2 289,9	2 438,1	363,3

FONTE: Inquérito ao emprego - 2021 - INE

Entre 2017 e 2021, o emprego em Portugal aumentou em 221.400, pois passou de 4.590.900 para 4.812.300. No entanto, no mesmo período o emprego dos trabalhadores entre os 16 e os 44 anos diminuiu em 141.700 pois passou de 2.516.000 para 2.374.300. Foi o emprego das gerações mais velhas, com idade entre os 45 e os 89 anos cresceu em 363.300, pois passou de 2.074.800 para 2438.100. Mesmo os trabalhadores com idade compreendida entre os 65 e os 89 anos aumentaram em 58.200.

Portugal não está a conseguir reter as gerações mais novas que continuam a abandonar o país à procura de melhores condições de trabalho e de remunerações mais dignas. A “Agenda do Trabalho Digno” do governo é mais um slogan de propaganda e um embuste para enganar a opinião pública. A prova disso é o que se passa na Administração Pública e na CGD, o banco público, perante a indiferença do governo.

Na Administração Pública, a Tabela Única de Remunerações que se aplica a todos os trabalhadores das Administrações Públicas (Central, Local e Regional) desde 2009 apenas teve duas atualizações de miséria: uma em 2020, de 0,3% e outra em 2022 de 0,9%. Entre 2009 e 2021, os preços aumentaram 13,1%, e se incluir o ano de 2022, em que se estima que a subida de preços se situe em Portugal entre 4% e 5%, a quebra no poder das remunerações dos trabalhadores das Administrações Públicas é muito grande. Se juntarmos a isto ainda a situação de que, de acordo com o sistema de avaliação imposto pelo governo (SIADAP), 75% dos trabalhadores da Administração Pública só conseguem subir de escalão remuneratório ao fim de 10 anos, fica-se com um retrato claro daquilo que o governo entende por trabalho e remunerações dignas. A Administração Pública está atualmente incapacitada de contratar técnicos com as competências que necessita para responder às necessidades da população e aos desafios futuros, nomeadamente os colocados pela execução do Plano de Recuperação e Resiliência e do Quadro Financeiro

Se quiser receber gratuitamente estes estudos inscreva-se em www.eugeniorosa.com

Plurianual 2021/2026, o chamado “Portugal 2030”. Um exemplo apenas do que se passa na Administração Pública. Entre 2011 e 2021, o número de informáticos em todas as Administrações Públicas passou de 5.195 para 5.268, ou seja, aumentou apenas 1,4% (+73). E a sua remuneração base mensal subiu somente de 1673€ para 1801€, ou seja, 7,7% pouco mais de metade do aumento verificado nos preços durante este período (em 11 anos a remuneração media mensal base de um informático subiu apenas 128€, uma média de 11,6€/ano. **A degradação da Administração Pública está a determinar que serviços essenciais e altamente sensíveis, como sejam os Sistemas de Informação, já estejam totalmente dependentes de empresas privadas. Eu sou gestor num instituto público onde isso já acontece. Para além da dependência há ainda acrescentar os elevados custos que toda esta política de pessoal determina.**

O que está a suceder na CGD, o banco público, é também paradigmático daquilo que o governo entende por trabalho e remunerações dignas. É preciso nunca esquecer que o Estado é o único acionista e, portanto, também responsável por tudo aquilo que se passa na CGD. Paulo Macedo gaba-se de apresentar lucros cada vez mais elevados (em 2020: 492 milhões €; em 2021: 583 milhões €, ou seja, um aumento de 18,5%). Para conseguir isso, reduz o número de agências e de trabalhadores, mas fundamentalmente comprime as remunerações dos trabalhadores. Os custos da CGD que mais caíram, entre 2020 e 2021, foram as despesas com pessoal que sofreram uma redução de 21,5% (contas individuais) num ano apenas. **Em 2021, as remunerações dos trabalhadores até ao nível 11 (77,6% do total de trabalhadores) tiveram um aumento de apenas 16€, e dos níveis superiores (22,4% do total) tiveram uma subida de somente 0,5%. Este ano com uma inflação que certamente andarรก próxima dos 5% o aumento das remunerações até ao nível 11 foi apenas de 18€ e as remunerações de nível superior a 11 a subida foi ainda menos, somente 0,3%. Em média os trabalhadores da CGD tiveram em 2021 e em 2022 uma subida inferior a 0,9%, muito inferior à subida de preços em 2021 (1,24%) e bastante mais baixa do que a inflação prevista para 2022 que, como referimos, se estima que ande próxima dos 5%.** E como tudo isto não fosse suficiente, Paulo Macedo não se coíbe de fazer afirmações que não são verdadeiras com o objetivo de manipular a opinião pública e virá-la contra os trabalhadores da CGD. Numa entrevista na televisão afirmou que o salário mínimo na CGD é 1350€, procurando fazer passar a mensagem junto da opinião pública que os trabalhadores da CGD são uns privilegiados e não se podem queixar. E isto quando o salário mínimo constante da Tabela remuneratória da CGD é o salário mínimo nacional (705€) e o do nível 3, que tem trabalhadores, a remuneração que consta da tabela da CGD, após os aumentos de 16€ e 18€, é 876€, portanto um valor que está próximo de metade do salário mínimo anunciado por Paulo Macedo. Mas como nos órgãos de informação em Portugal não há normalmente a contraditória, uma mentira passa facilmente como verdade. Mas é desta forma, arrogante e prepotente, explorando os trabalhadores, pois nem garante a manutenção do seu poder de compra, e não falando verdade que Paulo Macedo alcança lucros elevados brilhando junto do governo, para obter a sua recondução, e aumenta o seu ego.

Falar de uma Agenda Trabalho Digno com o que se verifica na Administração Pública e na CGD, um banco público, é certamente ofensivo.

A UTILIZAÇÃO PLENA, EFICIENTE E ATEMPADA DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS CORRE UM SÉRIO RISCO, DISSO NINGUÉM TENHA DÚVIDAS. PRECISAM-SE NÃO DE PALAVRAS, MAS DE ATOS, E ESTES NÃO APARECEM

Com uma Administração Pública degradada, incapaz de responder às necessidades da população em serviços públicos e aos desafios futuros, e nomeadamente os agora colocados pela execução do PRR e do “Portugal 2030”, e que tem ainda para executar 6.278 milhões € do “Portugal 2020”, impossibilitada de contratar trabalhadores com as competências necessárias, devido à falta de recursos e ao bloqueamento burocrático, é fácil de concluir que o recurso a empresas privadas vai disparar (a Administração Pública está a transformar num maná para as empresas privadas de prestação de serviços). Mas isso só determinará o aumento da dependência, uma maior degradação da Administração Pública e os problemas continuarão por resolver, e a não utilização total e eficiente dos fundos comunitários será inevitável. Estamos já no 2º ano de execução do PRR e do Portugal 2030 e pode-se dizer que elas ainda não passaram do papel, e os problemas fundamentais continuam por resolver: a capacitação da Administração Pública e descapitalização da esmagadora maioria das empresas, cuja resolução continua adiada. Portugal enfrenta o grave problema do abandono do país pelas gerações mais novas em busca de melhores condições de trabalho e de remunerações dignas, o que cria também novos obstáculos a execução do PRR e P2030, pois tem consequências quer para Administração Pública quer para as empresas privadas que não conseguem contratar trabalhadores com as qualificações que precisam, até porque querem pagar salários pouco estão acima do salário mínimo nacional – **Eugénio Rosa – edr2@netcabo.pt, 14-2-2022**

Eugénio Rosa - economista – este e outros estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 4